

FAMÍLIA E AFETIVIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A APRENDIZAGEM ESCOLAR

FAMILY AND AFFECTION: CONTRIBUTIONS TO CHILD DEVELOPMENT AND SCHOOL LEARNING

LA FAMILIA Y EL AFECTO: CONTRIBUCIONES AL DESARROLLO INFANTIL Y AL APRENDIZAJE ESCOLAR

Regina Célia Cezana¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: O presente artigo analisa de forma aprofundada a relação entre família e afetividade no desenvolvimento infantil e nos processos de aprendizagem, destacando a importância das interações entre o contexto familiar e o ambiente escolar. O objetivo principal foi investigar de que maneira os vínculos afetivos estabelecidos nas relações familiares influenciam o desempenho escolar, a formação de competências socioemocionais e o desenvolvimento integral das crianças. A metodologia adotada fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com suporte em autores clássicos e contemporâneos das áreas de Psicologia, Pedagogia e Sociologia, além da análise de legislações e diretrizes educacionais brasileiras que tratam da relação escola-família. Os resultados indicam que crianças que crescem em ambientes familiares permeados por vínculos afetivos estáveis e positivos tendem a apresentar níveis mais elevados de autoestima, autonomia, autorregulação emocional e desempenho acadêmico. Observou-se também que a qualidade das relações familiares, mais do que o tipo de estrutura familiar seja nuclear, monoparental, recomposta ou homoafetiva, é o fator determinante para o sucesso escolar e o equilíbrio emocional infantil. A participação ativa da família no processo educativo, por meio do diálogo constante e da colaboração com a escola, mostrou-se essencial para potencializar a aprendizagem e promover o desenvolvimento global da criança. O estudo aponta, ainda, desafios relacionados à necessidade de formação docente voltada ao acolhimento da diversidade familiar e ao fortalecimento das competências socioemocionais no contexto escolar. Nesse sentido, ressalta-se a importância de políticas públicas e de práticas pedagógicas que valorizem a afetividade como dimensão estruturante da aprendizagem, incentivando a criação de programas de educação parental, ações de mediação afetiva e espaços permanentes de diálogo entre escola e família. Conclui-se que a afetividade constitui um pilar fundamental para o processo educativo, sendo indispensável a construção de uma parceria sólida e contínua entre família e escola. Essa integração representa um caminho efetivo para a promoção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças, contribuindo para uma educação mais humanizada, inclusiva e transformadora.

2340

Palavras-chave: Família. Afetividade. Desenvolvimento infantil. Aprendizagem. Educação.

¹Mestranda em Educação pela Christian Business School. Licenciatura em Pedagogia (habilitação em Magistério e Orientação Educacional) pela Universidade Federal do Espírito Santo. Especialista em Educação pela Faculdades Integradas Espírito Santense, atual Centro Universitário FAESA. Pedagoga concursada nas redes municipais de ensino de Vitória e Serra, Espírito Santo.

²PH. D e Doutora em Educação pela Christian Business School, título de Doutora em Educação reconhecido pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Mestre em Educação pela Christian Business School, título de Mestre em Educação reconhecido pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Especialista em Psicopedagogia, Terapeuta ABA, Graduada em Pedagogia e Habilitação em Magistério pela Escola Municipal de Cumaru - PE, Professora Orientadora da Christian Business School - CBS.

ABSTRACT: This article provides an in-depth analysis of the relationship between family and affectivity in child development and learning processes, emphasizing the importance of interactions between the family context and the school environment. The main objective was to investigate how affective bonds established within family relationships influence children's school performance, socioemotional competencies, and overall development. The methodology adopted follows a qualitative approach, based on bibliographic and documentary research supported by classical and contemporary authors in Psychology, Pedagogy, and Sociology, in addition to the analysis of Brazilian educational legislation and guidelines concerning the school-family relationship. The results indicate that children raised in family environments characterized by stable and positive affective bonds tend to demonstrate higher levels of self-esteem, autonomy, emotional self-regulation, and academic achievement. It was also observed that the quality of family relationships, rather than the family structure itself, whether nuclear, single-parent, blended, or same-sex, is the determining factor for academic success and emotional balance in childhood. Active family participation in the educational process, through constant dialogue and collaboration with the school, proved essential for enhancing learning and promoting children's holistic development. The study also highlights challenges related to teacher training focused on welcoming family diversity and strengthening socioemotional skills in the school context. In this regard, it emphasizes the importance of public policies and pedagogical practices that value affectivity as a structuring dimension of learning, encouraging the implementation of parental education programs, affective mediation initiatives, and permanent spaces for dialogue between families and schools. It is concluded that affectivity constitutes a fundamental pillar of the educational process, making it indispensable to build a solid and continuous partnership between family and school. This integration represents an effective path to promote children's cognitive, emotional, and social development, contributing to a more humanized, inclusive, and transformative education.

Keywords: Family. Affectivity. Child development. Learning. Education.

RESUMEN: Este artículo analiza exhaustivamente la relación entre la familia y la afectividad en el desarrollo infantil y los procesos de aprendizaje, destacando la importancia de las interacciones entre el contexto familiar y el entorno escolar. El objetivo principal fue investigar cómo los vínculos afectivos establecidos en las relaciones familiares influyen en el rendimiento escolar, la formación de habilidades socioemocionales y el desarrollo integral de los niños. La metodología adoptada se basa en un enfoque cualitativo, utilizando investigación bibliográfica y documental, apoyada en autores clásicos y contemporáneos de los campos de la Psicología, la Pedagogía y la Sociología, así como en el análisis de la legislación y las directrices educativas brasileñas que abordan la relación escuela-familia. Los resultados indican que los niños que crecen en entornos familiares permeados por vínculos afectivos estables y positivos tienden a exhibir mayores niveles de autoestima, autonomía, autorregulación emocional y rendimiento académico. También se observó que la calidad de las relaciones familiares, más que el tipo de estructura familiar —nuclear, monoparental, reconstituida o del mismo sexo—, es el factor determinante para el éxito escolar y el equilibrio emocional de los niños. La participación activa de la familia en el proceso educativo, mediante el diálogo constante y la colaboración con la escuela, ha demostrado ser esencial para potenciar el aprendizaje y promover el desarrollo integral del niño. El estudio también señala desafíos relacionados con la necesidad de una formación docente centrada en la acogida de la diversidad familiar y el fortalecimiento de las habilidades socioemocionales en el contexto escolar. En este sentido, se destaca la importancia de las políticas públicas y las prácticas pedagógicas que valoran la afectividad como dimensión estructuradora del aprendizaje, fomentando la creación de programas de educación para padres, acciones de mediación afectiva y espacios permanentes de diálogo entre la escuela y la familia. Se concluye que la afectividad constituye un pilar fundamental del proceso educativo y que la construcción de una alianza sólida y continua entre la familia y la escuela es indispensable. Esta integración representa una vía eficaz para promover el desarrollo cognitivo, emocional y social de los niños, contribuyendo a una educación más humanizada, inclusiva y transformadora.

2341

Palabras clave: Familia. Afectividad. Desarrollo infantil. Aprendizaje. Educación.

INTRODUÇÃO

A família constitui o primeiro espaço de socialização da criança, ambiente onde se estabelecem os vínculos afetivos primordiais que influenciarão seu desenvolvimento integral. A escola, como instituição complementar, amplia as possibilidades de formação cognitiva, social e emocional. A intersecção entre esses dois universos, mediada pela afetividade, tem se revelado campo fértil de investigação acadêmica.

O conceito de afetividade transcende a dimensão puramente emocional, constituindo-se como elemento estruturante da personalidade e da cognição. Wallon (1979) concebe a afetividade como base da constituição do sujeito, enquanto Vygotsky (1998) demonstra que as emoções emergem das relações sociais e atuam como mediadoras na construção de significados. Essa perspectiva fundamenta a compreensão de que vínculos seguros favorecem a autonomia, a curiosidade e a disposição para explorar novos saberes.

O contexto contemporâneo das famílias brasileiras apresenta diversidade de estruturas, incluindo configurações monoparentais, reconstituídas, homoafetivas e extensas. Essa multiplicidade, reconhecida juridicamente pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), exige práticas educativas flexíveis e inclusivas.

A problemática central emerge da constatação de que, apesar do reconhecimento teórico da importância da afetividade, ainda persistem lacunas na compreensão dos mecanismos específicos através dos quais os vínculos familiares influenciam o desempenho escolar. Adicionalmente, observa-se que muitas instituições educacionais ainda adotam práticas pedagógicas que negligenciam a dimensão afetiva, priorizando exclusivamente aspectos cognitivos da aprendizagem.

Nesse contexto, emerge a seguinte questão: de que forma a afetividade nas relações familiares contribui para o desenvolvimento infantil e a aprendizagem escolar, e quais estratégias podem fortalecer a parceria entre família e escola?

O objetivo geral é analisar a relação entre família e afetividade no desenvolvimento infantil e nos processos de aprendizagem, com foco nas interações entre família e escola. Os objetivos específicos incluem: examinar as transformações históricas da instituição familiar e seus impactos na socialização infantil; investigar o papel da afetividade no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças; analisar as formas de interação entre família e escola e seus efeitos na aprendizagem; e identificar os desafios e potencialidades da parceria família-escola no contexto da educação contemporânea.

METODOLOGIA

A metodologia presente investigação caracteriza-se como tipo de pesquisa bibliográfica e descritiva de abordagem qualitativa, fundamentada na análise crítico-interpretativa de produções acadêmicas, documentos normativos e observações de situações vivenciadas por famílias no contexto escolar. A pesquisa bibliográfica permite situar o tema no contexto teórico existente, identificar lacunas e produzir síntese analítica do conhecimento disponível (GIL, 2019).

A dimensão descritiva baseia-se em observações realizadas durante encontros com famílias de crianças da educação infantil e ensino fundamental, permitindo compreender como os vínculos afetivos e as condições de convivência interferem no comportamento e na aprendizagem das crianças. E, dessa maneira, a opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve aspectos subjetivos e complexos das relações humanas, especificamente aquelas relacionadas à afetividade e ao desenvolvimento infantil.

Os dados foram coletados entre os anos de 2024 e 2025, de modo aleatório, ao longo da prática pedagógica. As fontes para o levantamento bibliográfico foram realizadas por meio de consulta sistemática a bases de dados eletrônicas especializadas, incluindo Scielo (Scientific Electronic Library Online), Portal de Periódicos CAPES e bibliotecas universitárias. Complementarmente, foram consultadas obras clássicas da Psicologia, Pedagogia e Sociologia disponibilizadas em formato físico e digital. 2343

No âmbito documental, procedeu-se à análise de marcos legais fundamentais, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

As observações foram registradas a partir de encontros e conversas com familiares no ambiente escolar, respeitando os princípios éticos da pesquisa em educação e preservando a confidencialidade das informações.

No que se refere aos critérios de inclusão foram selecionados textos que abordem diretamente a relação entre família, afetividade e desenvolvimento infantil, priorizando-se estudos teóricos, obras clássicas e artigos de periódicos indexados.

E para os critérios de exclusão foram excluídos textos que não apresentem fundamentação teórica consistente ou que não abordem diretamente a temática proposta.

Já quanto ao procedimento de análise dos dados, seguiu método crítico-interpretativo, organizando-se em três fases principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A categorização temática organizou-se em eixos analíticos: transformações da instituição familiar, teorias da afetividade no desenvolvimento humano, interações família-escola, e estratégias de fortalecimento da parceria educativa. Utiliza-se os seguintes descritores e suas combinações: "família" AND "afetividade"; "desenvolvimento infantil" AND "aprendizagem"; "educação infantil" AND "vínculos afetivos"; "relação escola-família" AND "desenvolvimento socioemocional".

As situações observadas foram analisadas à luz do referencial teórico, identificando padrões de comportamento, percepções e práticas familiares relacionadas ao desenvolvimento emocional e à aprendizagem escolar.

A categorização temática organizou-se em quatro eixos analíticos principais: transformações da instituição familiar, teorias da afetividade no desenvolvimento humano, interações família-escola, e estratégias de fortalecimento da parceria educativa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A família, enquanto instituição social, tem passado por transformações significativas ao longo da história. No Brasil, a organização familiar foi inicialmente moldada pelo modelo patriarcal colonial, caracterizado pela centralidade da autoridade masculina e pela função primordial de preservação do patrimônio (FREYRE, 2003). O sistema colonial estabeleceu um padrão familiar hierárquico, no qual o patriarca detinha poder absoluto sobre esposa, filhos e agregados. Esta estrutura funcionava como unidade econômica e social básica, concentrando não apenas as funções reprodutivas e de socialização, mas também atividades produtivas e de controle territorial.

As transformações sociais do século XX, incluindo a industrialização, urbanização e movimentos de emancipação feminina, provocaram mudanças estruturais na instituição familiar.

A industrialização alterou fundamentalmente as relações de trabalho e a organização social, transferindo muitas atividades produtivas do âmbito doméstico para o fabril. O movimento feminista contribuiu significativamente para a redefinição dos papéis de gênero, ampliando a participação da mulher na vida pública. A Constituição Federal de 1988 representou um marco jurídico fundamental ao reconhecer a família como "base da sociedade", independente de sua forma de constituição (BRASIL, 1988). O artigo 226 estabelece que "a

família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, reconhecendo diferentes formas de entidade familiar.

De acordo com Philippe Ariès (1981), a concepção moderna de família e de infância é uma construção histórica relativamente recente. Em sua obra *História social da criança e da família*, o autor demonstra que, até o final da Idade Média, a infância não era percebida como uma fase distinta da vida, sendo as crianças tratadas como pequenos adultos. Apenas com o advento do século XVII é que a família passou a organizar-se como um espaço afetivo e moral, centrado na criança e nas relações de cuidado. Essa transformação redefiniu o papel dos pais e a importância do lar como ambiente de socialização primária.

Ainda, o autor acima, argumenta que o fortalecimento dos vínculos familiares e a valorização do afeto surgiram como reflexos das transformações culturais e religiosas que marcaram a modernidade. A transição da família extensa para a família nuclear contribuiu para a intensificação dos laços emocionais, deslocando o foco da função econômica para o cuidado e a educação dos filhos Ariès (1981). Essa nova configuração familiar consolidou a noção de privacidade e de individualização, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da subjetividade e das relações afetivas contemporâneas.

Complementando essa perspectiva, Ariès (1986) e outros historiadores culturais 2345 ressaltam que as mudanças nos papéis sociais da família estão intimamente relacionadas às transformações sociais e educacionais. A consolidação da escola moderna, por exemplo, deslocou parte das funções de socialização do âmbito doméstico para o institucional, redefinindo o papel dos pais no processo formativo das crianças. Esse deslocamento reforça a necessidade de uma relação de parceria entre família e escola, como destacam Dessen e Polonia (2007), para garantir o desenvolvimento integral da criança em contextos sociais cada vez mais complexos.

Atualmente, os arranjos familiares incluem configurações monoparentais, recompostas, extensas e homoafetivas, evidenciando a pluralidade de formas de organização. Essa diversidade exige desconstrução de estigmas e reconhecimento de que a função social da família transcende sua forma de constituição. Mais do que uma estrutura formal, a família constitui um espaço de pertencimento e afeto, cuja função principal é promover o desenvolvimento emocional e social de seus membros (Del Prette; Del Prette, 2017; Nogueira; Resende; Nogueira, 2023).

A Afetividade no Desenvolvimento Humano

A afetividade constitui dimensão fundamental do desenvolvimento humano, influenciando processos cognitivos, sociais e emocionais desde os primeiros anos de vida. Na

perspectiva histórico-cultural, a afetividade não pode ser compreendida isoladamente, mas como fenômeno intrinsecamente social e culturalmente mediado.

Piaget (1994) estabelece relação indissociável entre afeto e cognição, afirmando que sem afeto não há interesse, e sem interesse não há atenção, e consequentemente, não há aprendizagem. Para o autor, a afetividade atua como "combustível" da inteligência, conferindo significado às experiências e orientando as interações do sujeito com o mundo. O psicólogo suíço propõe que o desenvolvimento cognitivo e afetivo ocorre de forma paralela e interdependente. Em cada estágio do desenvolvimento cognitivo corresponde uma forma específica de organização afetiva, sendo impossível separar estes dois aspectos do funcionamento psicológico humano.

Vygotsky (1998) amplia essa perspectiva ao integrar afetividade e desenvolvimento sociocultural, demonstrando que as emoções emergem das relações sociais e atuam como mediadoras na construção de significados. A teoria vygotskiana enfatiza que as funções psicológicas superiores, incluindo as emoções complexas, desenvolvem-se inicialmente no plano Inter psicológico para posteriormente serem internalizadas no plano intrapsicológico.

Wallon (1979) oferece contribuição fundamental ao conceber a afetividade como base da constituição do sujeito, propondo que a criança percorre estágios nos quais emoção, movimento e inteligência se entrelaçam de forma integrada. A teoria walloniana estabelece alternância entre períodos de predominância afetiva e cognitiva ao longo do desenvolvimento infantil, representando complementaridade dialética entre diferentes dimensões do psiquismo humano.

A teoria do apego, desenvolvida por Bowlby (2002), demonstra que vínculos seguros na infância são fundamentais para o desenvolvimento saudável. Crianças que estabelecem vínculos seguros com cuidadores primários desenvolvem maior capacidade de autorregulação emocional e apresentam melhor desempenho em tarefas cognitivas complexas.

A afetividade, enquanto dimensão estruturante do desenvolvimento humano, constitui elemento essencial na mediação entre cognição e emoção. Moura e Martins (2021) destacam que a afetividade está presente em todos os processos de formação subjetiva e intelectual, sendo indispensável para o engajamento e a permanência dos sujeitos em contextos de aprendizagem. Para os autores, a prática pedagógica que reconhece as emoções como parte legítima do processo educativo contribui para a formação de sujeitos críticos, autônomos e capazes de estabelecer relações sociais equilibradas. Assim, o afeto é compreendido como princípio orientador das interações que possibilitam o desenvolvimento integral.

De forma complementar, Teixeira (2022) evidencia que, na Educação Infantil, a afetividade assume papel pedagógico decisivo, pois é a partir das relações de confiança e acolhimento que a criança se sente segura para explorar o ambiente e construir significados. O estudo demonstra que práticas docentes que valorizam o afeto e o diálogo favorecem o desenvolvimento das competências socioemocionais, especialmente a empatia, a autorregulação e a cooperação. Essa perspectiva amplia a compreensão do papel da escola, que passa a ser vista não apenas como espaço de transmissão de conhecimento, mas como ambiente de relações humanas que sustentam o aprender.

Sob a ótica histórico-cultural, Sasaki, Sforni e Belieri (2021) afirmam que a afetividade não é uma dimensão isolada do psiquismo, mas um processo socialmente constituído e culturalmente mediado. A emoção e o pensamento formam uma unidade dialética, e a aprendizagem significativa ocorre quando há integração entre o sentido emocional e o conteúdo cognitivo. Os autores ressaltam que, na ausência de vínculos afetivos positivos, o processo de internalização dos conhecimentos tende a ser superficial, pois o estudante não estabelece uma relação de significado pessoal com o objeto de estudo. Essa abordagem reforça as contribuições de Vygotsky (1998) ao enfatizar que a aprendizagem é um processo essencialmente relacional.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre apego e desenvolvimento emocional. Bernal Rivas e Avello-Sáez (2023), em revisão sistemática sobre apego e processamento sensorial, observaram que crianças com vínculos afetivos seguros apresentam maior capacidade de autorregulação emocional e social, além de respostas comportamentais mais adaptativas em contextos desafiadores. Os autores apontam que o ambiente afetivo estável e previsível não apenas sustenta o desenvolvimento emocional, mas também promove o equilíbrio neurofisiológico necessário para o aprendizado e o bem-estar infantil.

Por fim, Almeida (2022), ao revisitar as contribuições de Henri Wallon, reforça que a afetividade constitui a base da constituição do sujeito, sendo o primeiro eixo organizador da vida psíquica infantil. As emoções, segundo o autor, cumprem função comunicativa e socializadora, precedendo o pensamento racional e permitindo à criança estabelecer vínculos de pertença. A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento cognitivo emerge como consequência natural das interações afetivas significativas. Dessa forma, compreender o papel da afetividade na infância implica reconhecer que aprender é também um ato de envolvimento emocional e social, no qual o vínculo é condição de possibilidade para o conhecimento.

Família e Escola: Interações Necessárias

A relação entre família e escola constitui eixo fundamental para o desenvolvimento integral da criança e para o sucesso do processo educativo. Essa parceria, quando pautada pela colaboração e pelo diálogo, potencializa as aprendizagens e fortalece o desenvolvimento socioemocional dos estudantes.

A teoria ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner (1996), oferece framework conceitual importante para compreender essas interações. Segundo este modelo, o desenvolvimento infantil ocorre através da interação entre diferentes sistemas ambientais, incluindo microssistema (família, escola), mesossistema (relações entre microssistemas), exossistema e macrossistema.

Freire (1987) defende que a escola deve assumir papel conscientizador junto às famílias, estimulando-as a participar dos processos decisórios e pedagógicos. A pedagogia freireana propõe superação da "educação bancária", na qual a escola detém o conhecimento e a família assume papel passivo, em favor de práticas educativas dialógicas que reconhecem os saberes familiares e comunitários.

A legislação brasileira reforça essa perspectiva ao estabelecer a responsabilidade compartilhada entre família e Estado pela educação, conforme previsto na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no ECA (BRASIL, 1990). O artigo 205 da Constituição estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade".

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) reconhece a importância das competências socioemocionais e estabelece diretrizes para desenvolvimento integral dos estudantes, incluindo dimensões éticas, estéticas e políticas da formação humana.

2348

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerações Iniciais sobre os dados observados

A análise das situações observadas revela a complexidade das relações familiares e seu impacto direto no desenvolvimento infantil e nos processos de aprendizagem. A pesquisa direcionou-se para refletir sobre os diversos contextos evidenciados em encontros e reuniões realizadas em diferentes contextos educacionais vivenciados no ambiente escolar, especialmente nos últimos anos. Cada caso analisado evidencia a afetividade como dimensão estruturante do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança.

A literatura contemporânea reforça que a qualidade das interações familiares e escolares é fator decisivo para a aprendizagem significativa e o bem-estar infantil (NOGUEIRA; RESENDE; NOGUEIRA, 2023). Nesse sentido, a análise da literatura especializada permitiu identificar convergências significativas quanto ao papel estruturante da afetividade no desenvolvimento infantil e na aprendizagem escolar, evidenciando que a qualidade dos vínculos afetivos estabelecidos no ambiente familiar exerce influência determinante sobre múltiplas dimensões do desenvolvimento da criança.

Conciliação entre trabalho e cuidado parental

A primeira situação analisada refere-se ao relato de uma mãe que descreve os desafios de conciliar trabalho, responsabilidades domésticas e cuidado com o filho. A criança passa grande parte do tempo entre a escola e uma cuidadora, restringindo a convivência familiar aos finais de semana, quando realizam atividades recreativas. A preocupação materna com comportamentos de teimosia e desorganização revela a necessidade de estratégias de acompanhamento afetivo consistente.

De acordo com Bowlby (2002), vínculos consistentes oferecem à criança uma base segura, mesmo quando o tempo de convivência é reduzido, sendo a qualidade da relação mais determinante que a quantidade de tempo compartilhado. A teoria do apego demonstra que a disponibilidade emocional e a responsividade dos cuidadores são mais relevantes que a presença física constante. Contudo, a criança necessita de regularidade e previsibilidade nas interações para desenvolver segurança emocional adequada.

2349

Essas observações dialogam com o estudo de Yamamoto et al. (2025), que analisou os desafios da maternidade contemporânea e destacou que a qualidade da interação familiar, mais do que o tempo disponível, é determinante para o equilíbrio emocional e o comportamento infantil. Esta situação ilustra o desafio contemporâneo das famílias em equilibrar demandas profissionais e parentais, reforçando a importância de momentos de qualidade na interação familiar e de políticas públicas que favoreçam o diálogo e a corresponsabilidade entre família e escola.

Impactos da Separação Conjugal

A segunda situação destaca o relato de um pai que enfrenta o processo de separação conjugal e observa mudanças significativas no comportamento do filho de quatro anos, como

irritabilidade e uso de força física. Embora a criança não verbalize a situação, percebe claramente as alterações no ambiente familiar, refletindo esse impacto na escola.

Segundo Vygotsky (1998), o desenvolvimento humano é mediado socialmente, e as rupturas nas relações de afeto podem comprometer o funcionamento cognitivo e emocional. A perspectiva walloniana reforça que a emoção funciona como primeira forma de comunicação, e quando a criança não consegue verbalizar seus sentimentos, expressa-os através de comportamentos (WALLON, 1979). Esta situação evidencia como conflitos familiares impactam o equilíbrio emocional da criança, sendo essencial que a instituição escolar mantenha acompanhamento constante para minimizar efeitos emocionais e sociais negativos. A escola, portanto, deve atuar como espaço de escuta e acolhimento, oferecendo apoio e estabilidade.

Colaboração Família-Escola na Inclusão

Ainda nessa interação com a família, a outra situação envolve uma família com uma criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na qual se identificou esforço conjunto entre responsáveis e equipe escolar para alinhar práticas pedagógicas e terapêuticas. O uso de agendas para comunicação e o entusiasmo demonstrado pela criança em atividades de leitura indicaram progressos significativos na autonomia e na organização.

2350

A teoria ecológica de Bronfenbrenner (1996) demonstra que o desenvolvimento infantil depende da interação harmônica entre os diferentes sistemas de convivência. O mesossistema, que engloba as relações entre família e escola, assume particular relevância quando há necessidades específicas de apoio ao desenvolvimento. Esta situação exemplifica como o diálogo constante entre família e escola é fundamental para o sucesso de práticas inclusivas e para a ampliação das experiências de aprendizagem.

Essa compreensão é reforçada por Oliveira et al. (2025), que demonstraram empiricamente que intervenções mediadas por pais de crianças com TEA geram melhorias significativas nas habilidades sociocomunicativas e na autorregulação emocional. De modo complementar, Nogueira, Resende e Nogueira (2023) apontam que o envolvimento contínuo das famílias com a escola favorece o desempenho acadêmico e o sentimento de pertencimento. A colaboração efetiva potencializa os recursos disponíveis em ambos os contextos, tornando a inclusão escolar uma realidade sustentável.

Transições familiares e comportamento infantil

Quanta a quarta situação, esta refere-se a uma mãe que relata dificuldades como baixa interação social e irritabilidade do filho, agravadas por mudanças de residência e pela interrupção de tratamentos terapêuticos. Em algumas famílias observadas, essas transições afetaram diretamente o comportamento das crianças, resultando em irritabilidade e retraimento social.

Vygotsky (1991) reforça que o desenvolvimento humano é mediado socialmente, o que evidencia a importância do diálogo constante entre família e escola para que a criança receba suporte emocional e pedagógico adequado. A teoria piagetiana evidencia que a estabilidade emocional fornece a energia necessária para o funcionamento cognitivo adequado (PIAGET, 1994). Mudanças abruptas comprometem essa estabilidade, afetando a capacidade de concentração e o interesse pelas atividades escolares.

Winnicott (1983) complementa que a previsibilidade e a consistência nas relações familiares criam o ambiente seguro para o desenvolvimento da confiança e da autonomia. Esses casos reforçam que transições familiares demandam acompanhamento próximo e empatia institucional. Assim, escolas sensíveis às transições familiares podem oferecer suporte socioemocional que minimize o impacto dessas mudanças na vida escolar das crianças.

2351

A Escola como espaço de apoio emocional

No que tange a outra família, uma mãe que solicita à escola informações sobre qualquer alteração comportamental do filho, já que o pai se encontra internado em clínica de recuperação. Esse pedido expressa a preocupação com o bem-estar da criança e evidencia a importância da instituição escolar como espaço de apoio e corresponsabilidade.

Bronfenbrenner (1996) lembra que o desenvolvimento infantil resulta da interação entre diferentes sistemas, como a família e a escola, reforçando que ambos devem trabalhar em conjunto para oferecer estabilidade emocional. A perspectiva freireana reforça que a escola deve constituir-se como espaço de acolhimento e construção coletiva, reconhecendo as particularidades de cada contexto familiar (FREIRE, 1987). A parceria escola-família transcende o acompanhamento acadêmico, constituindo rede de apoio socioemocional. Esta situação demonstra como eventos estressantes na família requerem que a escola assuma papel de apoio complementar, oferecendo estabilidade e previsibilidade no cotidiano da criança.

Mediação de Conflitos entre Pares

Destarte, há uma situação que envolve a resistência de uma criança em frequentar a escola após conflitos com colegas, que resultaram em arranhões e machucados. A família demonstrou insegurança diante da situação, evidenciando a necessidade de mediação escolar para garantir segurança e acolhimento.

A teoria walloniana destaca que a criança se constitui como pessoa através das relações afetivas estabelecidas com seu entorno social (Wallon, 1979). Experiências negativas nas relações entre pares podem comprometer o desenvolvimento da identidade e da autoestima. Este caso reforça a necessidade de estratégias pedagógicas baseadas na escuta e no diálogo.

Del Prette e Del Prette (2017) ressaltam que o ensino sistemático de habilidades sociais e a mediação empática dos conflitos são fundamentais para reduzir a agressividade e fortalecer o sentimento de pertencimento. A escola deve desenvolver competências socioemocionais que fortaleçam o sentimento de pertencimento, reduzam conflitos e ampliem a empatia entre pares. Assim, o trabalho da escola deve articular-se ao da família para promover um ambiente de segurança, diálogo e respeito mútuo.

Vivências Lúdicas e Afetividade Familiar

2352

A sétima situação envolve momentos de convivência familiar lúdica, como a confecção de brinquedos e brincadeiras compartilhadas, que demonstraram forte impacto na autoestima e na motivação das crianças. A vivência afetiva mostrou-se essencial para transformar o aprendizado em experiência prazerosa.

Piaget (1994) defende que a afetividade é o combustível da inteligência, pois desperta a curiosidade e dá sentido às descobertas. Vygotsky (1998) complementa que o brincar é espaço privilegiado de mediação social e desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Essas observações confirmam que o brincar compartilhado entre família e escola amplia o repertório emocional e cognitivo das crianças, fortalecendo os laços afetivos e potencializando a aprendizagem significativa. A participação conjunta da família nas atividades escolares contribui para o desenvolvimento da criança, promovendo momentos de aprendizagem significativa e afetividade compartilhada. Assim, o lúdico e a afetividade devem ser compreendidos como dimensões complementares e essenciais da educação infantil.

Análise Integrada das situações observadas

De modo geral, as situações analisadas revelam que a qualidade das interações familiares influencia diretamente o comportamento e o desempenho escolar. As famílias que demonstraram diálogo, estabilidade emocional e vínculos seguros tiveram filhos com maior autonomia, concentração e engajamento nas atividades escolares.

O estudo evidencia que as relações familiares no contexto escolar são complexas e multifacetadas, influenciando diretamente o desenvolvimento e o comportamento infantil. A participação ativa das famílias, aliada à comunicação efetiva e registros pedagógicos consistentes, constitui mecanismo essencial para promover vínculos afetivos e aprendizagens significativas.

A análise dos relatos aponta para a necessidade de estratégias integradas entre escola e família, capazes de atender às especificidades de cada criança e apoiar sua evolução emocional, social e acadêmica. O acompanhamento contínuo, o diálogo aberto e o respeito às particularidades familiares são fundamentais para a construção de uma educação inclusiva, segura e afetivamente rica.

Afetividade como Mediadora do Desenvolvimento Cognitivo

2353

A análise teórica e observacional permite concluir que a afetividade atua como mediadora entre o desenvolvimento cognitivo e emocional, fortalecendo o processo de aprendizagem. Os resultados indicam correlação positiva consistente entre vínculos afetivos seguros e desenvolvimento cognitivo. Crianças que experienciam relações familiares marcadas por afeto, diálogo e estabilidade emocional demonstram maior curiosidade intelectual, capacidade de concentração e disposição para enfrentar desafios acadêmicos.

Essa constatação alinha-se às contribuições de Piaget (1994), que enfatiza que a afetividade fornece a energia necessária para o funcionamento cognitivo, e Vygotsky (1991), que demonstra que as aprendizagens mais significativas ocorrem em contextos de interação social permeados por afeto. Ambos os autores estabelecem vínculos indissociáveis entre dimensões afetivas e cognitivas do desenvolvimento.

Parceria Família-Escola e Desenvolvimento Integral

A colaboração entre escola e família, sustentada por práticas dialógicas e afetivas, potencializa o desenvolvimento integral da criança. A perspectiva freireana reforça que a

educação é um ato de amor, e que o diálogo é a base para a emancipação do sujeito (FREIRE, 1987).

As situações observadas demonstram que quando ambas as instituições adotam práticas educativas pautadas pelo afeto, diálogo e respeito mútuo, criam-se condições ideais para que a criança desenvolva autoestima, autonomia e senso de pertencimento social. O ciclo diário, do início ao fim do dia letivo, reforça que a escola é um espaço de convivência e de mediação de relações, no qual a afetividade, a escuta ativa e a observação cuidadosa desempenham papel central na formação integral da criança.

Diversidade Familiar e Desempenho Educacional

As observações confirmam que a configuração familiar per se não constitui preditor significativo do desempenho educacional das crianças. O fator determinante é a qualidade das relações afetivas estabelecidas, independentemente da estrutura familiar específica.

Crianças provenientes de diferentes arranjos familiares podem apresentar desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional equivalente, desde que os vínculos afetivos sejam caracterizados por estabilidade, responsividade e apoio emocional. Essa constatação desconstrói estereótipos e reforça a centralidade da afetividade como elemento estruturante do desenvolvimento infantil. 2354

Desafios Identificados e Implicações Práticas

As situações observadas revelaram desafios significativos que demandam atenção das instituições educacionais e das políticas públicas:

- a) Dificuldades na conciliação entre trabalho e cuidado parental: a necessidade de políticas que favoreçam a flexibilização de jornadas e o fortalecimento de redes de apoio às famílias.
- b) Impactos emocionais de transições familiares: a importância de acompanhamento sensível e continuado das crianças em situações de mudança, separação ou adoecimento familiar.
- c) Necessidade de maior preparação institucional para mediação de conflitos: o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que promovam habilidades socioemocionais e a resolução pacífica de conflitos.

d) Importância da formação docente para lidar com questões socioemocionais: a capacitação continuada dos profissionais da educação para compreender e acolher as demandas afetivas das crianças e suas famílias.

Esses desafios apontam para a necessidade de repensar práticas pedagógicas e políticas educacionais, de modo a garantir que a escola se constitua efetivamente como espaço de desenvolvimento integral, acolhimento e promoção de vínculos afetivos saudáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resposta à questão de pesquisa que orientou este estudo de que forma a afetividade nas relações familiares contribui para o desenvolvimento infantil e a aprendizagem escolar, e quais estratégias podem fortalecer a parceria entre família e escola evidenciou-se que vínculos afetivos positivos exercem influência determinante e duradoura sobre o desenvolvimento cognitivo, socioemocional e acadêmico das crianças. A afetividade atua como mediadora entre as dimensões emocionais e cognitivas, fornecendo a energia necessária para a curiosidade intelectual, a estabilidade emocional para enfrentar desafios e a segurança para estabelecer relações sociais saudáveis.

As situações observadas no contexto escolar confirmaram empiricamente essa relação, 2355 evidenciando que: (a) a qualidade da interação familiar é mais determinante que a quantidade de tempo compartilhado; (b) transições e crises familiares (separações, mudanças, adoecimentos) impactam diretamente o comportamento e a aprendizagem, demandando apoio institucional sensível; (c) a colaboração efetiva entre família e escola, mediada por instrumentos como agendas compartilhadas, reuniões dialógicas e mediação de conflitos, potencializa o desenvolvimento integral; (d) práticas inclusivas dependem do diálogo constante e do reconhecimento das especificidades de cada arranjo familiar.

Com relação as transformações históricas e diversidade familiar contemporânea, a análise histórica demonstrou que a instituição familiar brasileira atravessou profundas transformações ao longo do tempo. Ariès (1981) evidenciou que a própria concepção de infância e família constitui construção social que varia historicamente. Freyre (1984) analisou a formação da família brasileira sob o regime patriarcal, caracterizada por relações hierárquicas e autoritárias. As últimas décadas testemunharam a emergência de múltiplos arranjos familiares monoparentais, reconstituídas, homoafetivas, extensas juridicamente reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Bauman (2004) observa que as relações contemporâneas se caracterizam pela fluidez e instabilidade, reflexo da "modernidade líquida". Essa diversidade exige que as instituições educacionais superem modelos normativos únicos de família, desenvolvendo práticas pedagógicas inclusivas que reconheçam e valorizem diferentes configurações familiares. As observações confirmaram que o fator determinante para o desenvolvimento infantil não é a estrutura familiar específica, mas a qualidade das relações afetivas estabelecidas e a estabilidade emocional proporcionada.

Nota-se que o papel estruturante da afetividade no desenvolvimento nesta investigação confirmou-se que a afetividade constitui dimensão central e estruturante do desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças. As contribuições teóricas de Piaget (1994), Vygotsky (1998) e Wallon (1979) convergem ao estabelecer vínculos indissociáveis entre dimensões afetivas e cognitivas. Piaget afirma que a afetividade fornece a energia necessária para o funcionamento da inteligência, despertando curiosidade e conferindo significado às descobertas. Vygotsky demonstra que as aprendizagens mais significativas ocorrem em contextos de interação social permeados por afeto. Wallon evidencia que a emoção constitui a primeira forma de comunicação da criança e que a constituição do sujeito ocorre através das relações afetivas com o entorno social.

2356

Bowlby (2002) complementa essas perspectivas ao demonstrar que vínculos seguros na infância constituem base fundamental para o desenvolvimento da confiança, autonomia e capacidade de estabelecer relações saudáveis ao longo da vida. Crianças que experienciam relações familiares marcadas por afeto, diálogo e estabilidade emocional demonstram maior curiosidade intelectual, capacidade de concentração e disposição para enfrentar desafios acadêmicos. As situações analisadas validaram empiricamente essas perspectivas teóricas, demonstrando sua aplicabilidade e relevância para a compreensão das dinâmicas familiares contemporâneas.

E ainda, quanto formas de interação entre família e escola e seus efeitos, a análise identificou múltiplas formas de interação entre família e escola que influenciam positivamente a aprendizagem: (a) comunicação sistemática através de agendas compartilhadas, especialmente relevante em casos de necessidades educacionais especiais; (b) reuniões dialógicas que transcendem a mera transmissão de informações sobre desempenho acadêmico; (c) participação familiar em atividades lúdicas e pedagógicas; (d) mediação institucional de conflitos entre pares; (e) acompanhamento sensível de crianças em situações de vulnerabilidade familiar.

Essas práticas, quando implementadas de forma consistente e pautadas pelo respeito mútuo, criam condições ideais para que a criança desenvolva autoestima, autonomia e senso de pertencimento social. A perspectiva de Bronfenbrenner (1996) sobre a ecologia do desenvolvimento humano foi particularmente relevante, ao evidenciar que o mesossistema — espaço de interação entre família e escola — assume papel determinante no desenvolvimento infantil. Nogueira, Resende e Nogueira (2023) e Marcondes e Sigolo (2012) demonstram empiricamente que o envolvimento contínuo das famílias fortalece o desempenho acadêmico e o sentimento de pertencimento.

Outro relevante aspecto, diz respeito aos desafios e potencialidades da parceria família-escola. As situações observadas revelaram desafios significativos que demandam atenção: (a) dificuldades de conciliação entre jornadas de trabalho extensas e cuidado parental, evidenciando necessidade de políticas de flexibilização e apoio às famílias; (b) impactos emocionais de transições familiares (separações, mudanças de residência, adoecimentos) que afetam comportamento e aprendizagem; (c) resistência de crianças à frequência escolar após conflitos não mediados adequadamente; (d) interrupção de tratamentos terapêuticos por mudanças familiares; (e) limitações na preparação institucional para mediação de conflitos socioemocionais; (f) necessidade de formação docente específica para compreensão e acolhimento das demandas afetivas.

Por outro lado, identificaram-se potencialidades promissoras: a escola pode constituir-se como espaço de apoio emocional complementar em momentos de crise familiar; práticas colaborativas em casos de inclusão (como TEA) demonstram resultados significativos nas habilidades sociocomunicativas e na autonomia; momentos de convivência lúdica entre família e escola fortalecem vínculos e potencializam aprendizagens; estratégias de desenvolvimento de habilidades sociais reduzem conflitos e ampliam empatia entre pares.

A perspectiva freireana reforça que a educação constitui ato de amor e que o diálogo representa a base para a emancipação do sujeito (Freire, 1987). A escola contemporânea deve posicionar-se como mediadora de experiências afetivas positivas, promovendo ambientes seguros e acolhedores nos quais todas as crianças, independentemente de sua origem familiar, possam desenvolver plenamente seu potencial.

No que tange as implicações práticas e políticas públicas, os resultados evidenciam a necessidade urgente de desenvolvimento de políticas públicas, programas de formação docente e práticas escolares que consolidem efetivamente a parceria família-escola. Medidas específicas incluem: (a) investimentos em formação inicial e continuada de professores sobre

desenvolvimento socioemocional, teoria do apego e mediação de conflitos; (b) criação de grupos de apoio a pais e oficinas de habilidades parentais; (c) implementação de políticas institucionais de flexibilização de horários para participação familiar; (d) estabelecimento de protocolos de acompanhamento de crianças em situações de transição ou vulnerabilidade; (e) desenvolvimento de programas de educação socioemocional sistemáticos; (f) superação de barreiras socioeconômicas e culturais através de estratégias de busca ativa e valorização da diversidade.

Estudos recentes como os de Oliveira et al. (2025, 2021), Yamamoto et al. (2025), Zanello et al. (2022) e Okamoto (2024) demonstram empiricamente a efetividade de intervenções que fortalecem a parceria família-escola, especialmente em contextos de pandemia, inclusão de crianças com TEA e desenvolvimento de habilidades sociais. Del Prette e Del Prette (2017) evidenciam que o ensino sistemático de habilidades sociais reduz agressividade e fortalece pertencimento.

Sugere-se que investigações futuras direcionem e aprofundem: (a) avaliação longitudinal de programas específicos de educação socioemocional implementados em escolas brasileiras; (b) análise dos efeitos de diferentes modalidades de envolvimento familiar (participação em atividades escolares, acompanhamento de tarefas, diálogo sobre experiências) sobre resultados educacionais de longo prazo; (c) estratégias eficazes para superação de barreiras socioeconômicas que limitam participação de famílias em situação de vulnerabilidade; (d) investigação de práticas pedagógicas que promovam resiliência em crianças expostas a situações de instabilidade familiar; (e) estudos comparativos entre diferentes contextos culturais e socioeconômicos brasileiros.

2358

Reconhecer e valorizar a afetividade como eixo central da prática pedagógica constitui condição fundamental para garantir educação verdadeiramente inclusiva, democrática e comprometida com a formação integral dos estudantes. A escola, como espaço complementar à família, deve desenvolver estratégias pedagógicas que fortaleçam a participação familiar e promovam ambiente educativo caracterizado pelo acolhimento, diálogo e respeito mútuo. Essa integração exige superação de práticas tradicionais centradas exclusivamente na transmissão de conteúdos curriculares, em favor de abordagens holísticas que valorizem a afetividade como fundamento estruturante da prática educativa.

Esta transformação requer compromisso coletivo de educadores, gestores, formuladores de políticas públicas e sociedade em geral com a construção de sistema educacional que valorize não apenas o desenvolvimento intelectual, mas a formação humana integral. A parceria entre

família e escola, mediada pela afetividade, constitui caminho promissor para construção de sociedade mais justa, solidária e comprometida com o pleno desenvolvimento de todas as crianças e adolescentes. Educar é, fundamentalmente, um ato de amor e cuidado que se realiza através de relações afetivas autênticas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. A afetividade no desenvolvimento da criança: contribuições de Henri Wallon. *Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG*, Goiânia, v. 47, n. 1, p. 98–112, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/view/5271>. Acesso em: 15 out. 2025.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BAUMAN, Z. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BERNAL RIVAS, J.; AVELLO-SÁEZ, A. Apego e processamento sensorial: revisão sistemática da literatura. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, São Carlos, v. 31, p. 1–16, 2023. Disponível em: <https://cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/3527>. Acesso em: 15 out. 2025.

BOWLBY, J. *Apego e perda: a natureza do vínculo*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

2359

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2018.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

DAMÁSIO, A. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DEL PRETTE, A.; DEL PRETTE, Z. *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2017.

EMIDIO, T. S. Impacto do isolamento social no cotidiano de mães em home office durante a pandemia da COVID-19. *Revista Psicologia e Saúde*, v. 13, n. 2, p. 143–158, 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIROTTI AGOSTINI, J. M.; FREITAS, L. C. Habilidades sociais educativas de pais de crianças com TEA: caracterização e relação com as habilidades sociais dos filhos. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, v. 23, n. 1, p. 1-18, 2021.

MARCONDES, K. H. B.; SIGOLO, S. R. R. L. *Comunicação e envolvimento: possibilidades de interconexões entre família-escola*. Paidéia, v. 22, n. 51, p. 91-99, 2012.

MOURA, J. L.; MARTINS, R. A. Afetividade e formação docente: percepções de professores em formação inicial. *Educação & Formação*, Teresina, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/3116>. Acesso em: 15 out. 2025.

NOGUEIRA, M. A.; RESENDE, T. F.; NOGUEIRA, C. M. M. *Família, escola e desempenho escolar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

OKAMOTO, M. Y. *Maternidade em tempos de isolamento social*. Paidéia, v. 34, e3413, 2024.

OLIVEIRA, J. J. M.; FINATTO, M.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. Efeito da intervenção implementada por pais sobre as habilidades sociocomunicativas de crianças com TEA. *SciELO Preprints*, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org>. Acesso em: 16 out. 2025.

2360

OLIVEIRA, J. J. M.; SCHMIDT, C.; CAMARGO, S. Intervenção implementada por pais e autismo: revisão dos estudos brasileiros. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 27, n. 3, p. 421-436, 2021.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SASAKI, R. A.; SFORNI, M. S.; BELIERI, A. Afetividade e cognição na teoria histórico-cultural: uma revisão de literatura. *Debates em Educação*, Maceió, v. 13, n. 31, p. 452-475, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10498>. Acesso em: 15 out. 2025.

TEIXEIRA, M. A. Afetividade na Educação Infantil: práticas docentes e desenvolvimento socioemocional. *Revista de Educação, Pesquisa e Prática Social (REPS)*, Cáceres, v. 6, n. 1, p. 45-62, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/12616>. Acesso em: 15 out. 2025.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, H. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1979.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

YAMAMOTO, T. S.; LIMA, A. C.; SILVA, M. R.; SANTOS, P. Desafios da maternidade em tempos de Covid-19: trabalho, condições emocionais e filhos. *SciELO Preprints*, 2025. Disponível em: <https://preprints.scielo.org>. Acesso em: 16 out. 2025.

ZANELLO, V.; BUKOWITZ, B.; COELHO, E. B. S. Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras. *Estudos de Psicologia*, v. 39, e210076, 2022.